

Museu de Arte de
São Paulo Assis
Chateaubriand -
MASP

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração 2020

Guiado pelo eixo temático Histórias da Dança, 2020 foi um ano desafiador, marcado pela resiliência do MASP frente aos desafios impostos pela pandemia do COVID-19, seguindo a sua missão de ser cada vez mais múltiplo, diverso e plural. Além de uma intensa programação voltada ao ambiente digital, o público pode conferir exposições de artistas como Hélio Oiticica, Trisha Brown, Senga Nengudi, Edgar Degas e Beatriz Milhazes, bem como a mostra de longa duração *Acervo em Transformação*.

Neste ano, o MASP recebeu 140.738 visitantes, sendo que 66% deste público acessou o museu de forma gratuita. Durante o ano de 2020, o museu esteve aberto para o público no período entre 02 de janeiro e 15 de março, quando foi fechado em razão das medidas mais restritivas impostas pela pandemia do COVID-19; em 13 de outubro o museu iniciou o retorno gradual de suas atividades.

O protocolo de retomada, desenvolvido em diálogo direto com as instituições que compõem a Paulista Cultural – Casa das Rosas, Centro Cultural Fiesp, IMS Paulista, Itaú Cultural, Japan House São Paulo e Sesc Avenida Paulista – seguiu as orientações do Plano São Paulo, assim como as recomendações de organismos internacionais, caso do Comitê Internacional de Museus.

Para garantir os limites máximos de visitação, a venda de ingressos passou a ser feita exclusivamente *on-line*, com dia e horário marcados. Além das regras gerais de segurança, como uso obrigatório de máscaras, aferição de temperatura e disponibilização de álcool gel, o MASP adotou uma série de medidas com foco na segurança da sua equipe e do público, como o reforço nas rotinas de limpeza, a sinalização com orientações de segurança em todo edifício e a entrega de manual e equipamentos de proteção individual para os colaboradores, aliada ao acompanhamento diário do estado de saúde da equipe.

O fechamento do museu para visitação do público por quase sete meses, seguindo as determinações do Plano São Paulo que regulamenta as regras de quarentena no Estado, teve impactos diretos na geração de receitas operacionais, principalmente as de bilheteria, loja e cessão de espaços para espetáculos e eventos.

Para fazer frente a tais impactos financeiros, bem como às incertezas decorrentes da pandemia, o MASP rapidamente realizou uma ampla revisão da operação e do orçamento anual previsto para o ano de 2020. Dentre as medidas adotadas, destacam-se: a implantação do regime de home-office ou resguardo para todos os colaboradores, salvo aqueles que desempenham atividades essenciais; a adesão temporária à Medida Provisória 936/2020, com a redução de 25% de jornada de trabalho para as equipes em home office e resguardo; a renegociação de contratos com prestadores de serviços; a realização de ajustes e/ou reduções na programação cultural do museu, envolvendo tanto o cancelamento ou a postergação de exposições e programas, quanto a readequação das atividades para o ambiente digital. Como destaque, a exposição coletiva Histórias da dança, eixo temático do ano, ocorreu na forma de um catálogo, uma antologia, uma seleção de obras nos cavaletes de vidro, além de uma mostra virtual no site do museu.

Em paralelo, o museu intensificou a oferta de cursos on-line promovidos pela MASP Escola, que representaram um incremento significativo nesta frente de receitas. A revisão orçamentária, suportada pelo apoio financeiro de pessoas físicas engajadas com o propósito do museu, assim como o apoio dos patrocinadores, foi de fundamental importância para garantir o equilíbrio orçamentário e a saúde financeira da instituição, que encerrou o exercício de 2020 com superávit de R\$ 3.886.321.

Desde o início da quarentena, o MASP intensificou a sua presença digital, tanto os posts quanto as atividades propostas aos seguidores, a fim de ampliar as possibilidades do público de se engajar com o museu, seu acervo e conteúdos. Durante o período em que esteve fechado, o Instagram do MASP se tornou o maior de um museu na América Latina, ultrapassando a marca de 650 mil seguidores.

Além da criação de conteúdos inéditos e exclusivos para as redes sociais, o MASP também adaptou parte de sua programação de Mediação e Programas Públicos para o ambiente digital, com destaque aos seminários, palestras e ao programa diálogos no acervo, que passaram a ser transmitidos ao vivo por meio das redes sociais do museu. Os cursos do MASP Escola, pela primeira vez, foram realizados de forma totalmente *on-line*, contando com a participação de 2.276 alunos. A programação *on-line* permitiu a ampliação do acesso aos programas do museu à diversas localidades, incluindo outros estados do Brasil, América Latina, América do Norte e Europa.

As ações digitais do MASP tiveram destaque na imprensa internacional especializada. Na edição de 23 de abril do jornal *The New York Times*, o *tour* virtual a exposição de longa duração *Acervo em Transformação*, disponível na plataforma *Google Arts & Culture*, foi selecionado como um dos melhores *tours* virtuais de museus no mundo. O MASP também foi destaque na edição de 26 de agosto do mesmo jornal, quando o Instagram do museu foi recomentando na matéria *5 Art Accounts to Follow on Instagram Now*.

Do ponto de vista da preservação do patrimônio histórico, o MASP concluiu a reforma do auditório grande, localizado no primeiro subsolo. A intervenção envolveu a adaptação do espaço às normas de acessibilidade universal e de segurança contra incêndio, assim como a recuperação do palco, a troca de carpete, a reforma das poltronas e a execução de projeto acústico.

Seguindo cronograma de ações para a adequação do edifício às normas de segurança contra incêndio, foi concluída a etapa de compartimentação horizontal no primeiro e no segundo pavimento superiores. O sistema de caixilharia instalado teve como referência a modulação das fachadas do prédio, seguindo a premissa conceitual de estabelecer um sistema de compartimentação entre pavimentos coerente com as características arquitetônicas do edifício. A intervenção foi custeada pelo edital BNDES Fundo Cultural - Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro.

Vale mencionar que, durante o período em que o museu esteve fechado para o público, as equipes internas de manutenção trabalharam em uma série de ações voltadas a zeladoria do edifício. Dentre as ações, destacam-se a manutenção dos espelhos d'água, a pintura de áreas internas, reparos e melhorias na infraestrutura elétrica e a manutenção geral do ar condicionado.

O MASP entra em 2021 com uma situação orçamentária equilibrada. Os desafios impostos pela pandemia do COVID-19 ainda persistem, porém todas as perspectivas orçamentárias e a operação do museu foram ajustadas para esse novo cenário. Em 2021, o MASP dá início ao biênio dedicado às Histórias Brasileiras, que apresentará novas narrativas visuais, mais inclusivas, diversas e plurais sobre as histórias do Brasil.

O MASP continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 1.327.581. Em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos em doação envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação, a Entidade não adota como prática contábil registrar as obras de arte recebidas em doação por meio do valor justo, estando essas obras, exceto algumas obras que foram adquiridas pela Entidade, registradas por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas, requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, as rubricas de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 seriam afetadas significativamente de forma positiva, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Flavio Gozzoli Gonçalves', written over the printed name and title.

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.706.219	16.530.864	Fornecedores		1.606.971	1.671.604
Recursos vinculados a projetos - Incentivados e Subvenção	6	32.579.982	23.723.997	Obrigações trabalhistas	12	1.519.804	1.376.334
Recursos vinculados a projetos - "Projeto Masp em Expansão"	7	30.984.441	-	Contribuições e impostos correntes		129.885	129.542
Estoques		1.327.898	1.166.531	Impostos parcelados	13	946.517	928.569
Patrocínio de terceiros a receber	8	5.170.570	4.307.956	Projetos a executar	14	37.259.095	28.076.370
Adiantamento a fornecedores		822.292	462.481	Doações de bens e direitos a apropriar		459.522	239.144
Outras contas a receber		2.141.169	2.907.688	Contas a pagar - negociações	15	1.213.266	1.008.941
				Patrocínios a realizar	15	-	2.031.150
		<u>88.732.571</u>	<u>49.099.517</u>	Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	17	30.733.096	-
				Outras contas a pagar		499.161	517.438
						<u>74.367.318</u>	<u>35.979.092</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Impostos parcelados	13	6.289.355	7.098.665
Depósitos judiciais	15	76.503	102.298	Doações de bens e direitos a apropriar		2.600.568	714.699
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	9	16.631.140	15.213.107	Provisão para contingências	16	125.035	1.168.317
		<u>16.707.643</u>	<u>15.315.405</u>	Contas a pagar - negociações	15	12.256.050	11.008.016
				Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	17	3.648.437	-
Acervo de obras de arte	10	1.327.581	866.469			<u>24.919.444</u>	<u>19.989.697</u>
Imobilizado	11	44.246.651	38.512.539	Patrimônio líquido	18	516.469	516.469
Intangível		113.042	129.263	Avaliação atribuída ao acervo		34.693.117	32.224.828
		<u>45.687.274</u>	<u>39.508.271</u>	Fundo social		16.631.140	15.213.107
				Fundo patrimonial	9		
						<u>51.840.726</u>	<u>47.954.404</u>
Total do ativo		<u>151.127.488</u>	<u>103.923.193</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>151.127.488</u>	<u>103.923.193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	19	36.036.675	65.982.962
Trabalho voluntário	3.n	<u>202.311</u>	<u>240.103</u>
Total das receitas das atividades		36.238.986	66.223.065
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	20	(15.193.283)	(25.844.687)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	21	(13.905.567)	(14.466.881)
Depreciação e amortização		(1.055.571)	(633.337)
Despesas tributárias		(159.890)	(304.374)
Trabalho voluntário	3.n	<u>(202.311)</u>	<u>(240.103)</u>
Total das despesas das atividades		<u>(30.516.622)</u>	<u>(41.489.382)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		5.722.364	24.733.683
Despesas financeiras	22	(3.765.486)	(1.915.110)
Receitas financeiras	22	<u>1.929.443</u>	<u>1.344.925</u>
Resultado financeiro líquido	22	<u>(1.836.043)</u>	<u>(570.185)</u>
Superávit do exercício		<u><u>3.886.321</u></u>	<u><u>24.163.499</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Superávit do exercício	3.886.321	24.163.499
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>3.886.321</u></u>	<u><u>24.163.499</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Fundo Patrimonial	(Déficits)/ Superávits Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019		516.403	10.125.422	9.556.240	3.592.774	23.790.839
Doações para investimentos		66	-	-	-	66
Superávit do exercício		-	-	-	24.163.499	24.163.499
Transferência do superávit para fundo patrimonial	17	-	-	5.656.867	(5.656.867)	-
Transferência do superávit acumulado para fundo social		-	22.099.406	-	(22.099.406)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>516.469</u>	<u>32.224.828</u>	<u>15.213.107</u>	<u>-</u>	<u>47.954.404</u>
Superávit do exercício		-	-	-	3.886.321	3.886.321
Transferência do superávit para fundo patrimonial	8	-	-	1.418.033	(1.418.033)	-
Transferência do superávit acumulado para fundo social		-	2.468.289	-	(2.468.289)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>516.469</u>	<u>34.693.117</u>	<u>16.631.140</u>	<u>-</u>	<u>51.840.726</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	3.886.321	24.163.499
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.055.571	633.337
Apropriação de patrocínio	(2.031.150)	(3.167.201)
Baixa de imobilizado e intangível	45.174	7.716
Provisão para contingência	(158.282)	259.382
Constituição de obsolescência dos estoques	(14.668)	264.476
	<u>2.782.966</u>	<u>22.161.209</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Estoque	(146.699)	(691.181)
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	406.708	(936.280)
Patrocínio de terceiros a receber	(862.614)	(254.206)
Depósitos judiciais	25.795	(21.842)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Fornecedores	(64.632)	247.599
Obrigações trabalhistas	143.470	(145.774)
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos	(30.657.702)	5.168
Contribuições e impostos correntes	344	14.425
Impostos parcelados	(791.363)	(579.609)
Contas a pagar - negociações	1.452.359	(19.040)
Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	34.381.533	-
Contingências pagas	(885.000)	-
Outras contas a pagar	(18.277)	(16.300)
	<u>5.766.888</u>	<u>19.764.169</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>5.766.888</u>	<u>19.764.169</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e acervo de obras de arte, líquido Doações de bens e direitos a apropriar	(5.131.412)	(3.684.791)
Aquisição de ativo intangível	(42.088)	(18.030)
	<u>(5.173.500)</u>	<u>(3.702.821)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(5.173.500)</u>	<u>(3.702.821)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ativos financeiros (Fundo patrimonial)	(1.418.033)	(5.656.867)
	<u>(1.418.033)</u>	<u>(5.656.867)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>(1.418.033)</u>	<u>(5.656.867)</u>
(Redução) / aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(824.645)</u>	<u>10.404.481</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	16.530.864	6.126.383
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	<u>15.706.219</u>	<u>16.530.864</u>
(Redução) / aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(824.645)</u>	<u>10.404.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes quase 74 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

Em 2017, após um amplo processo colaborativo, entre conselheiros, diretores e colaboradores, o MASP lançou uma nova missão que irá nortear suas atividades no longo prazo: O MASP, museu diverso, inclusivo e plural, tem a missão de estabelecer, de maneira crítica e criativa, diálogos entre passado e presente, culturas e territórios, a partir das artes visuais. Para tanto, deve ampliar, preservar, pesquisar e difundir seu acervo, bem como promover o encontro entre públicos e arte por meio de experiências transformadoras e acolhedoras.

Para a consecução de sua missão, o MASP poderá, especialmente mas não se limitando: (a) realizar exposições; (b) promover atividades e programas na área da educação; (c) realizar publicações; (d) promover itinerâncias; (e) promover programas de relacionamento; (f) conceder bolsas de estudo; (g) promover espetáculos, eventos e festas beneficentes; (h) explorar café, bar, restaurante, loja física e on-line, locação e cessão de espaços; (i) estabelecer parcerias e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais. Todo o produto arrecadado pelas atividades promovidas pelo MASP será destinado à consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui aproximadamente 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais 32 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

O fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 24 de março de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.i** – mensuração de provisão para ajuste a valor de realização de estoques;
- **Nota 3.k** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 16** – mensuração de provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar-negociações e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado.

e. Acervo de obras

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto doze obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 330.948 e R\$ 554.588.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos, multa e juros de obrigações liquidas pós vencimento, atualizações passivas sobre os acordos realizados com Telefônica-Vivo e Galeria Prestes Maia e variações monetárias.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 o montante foi de R\$ 202.311 (R\$ 240.103 em 2019).

o. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (iii) PIS (calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº9.532/97).

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 24. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	20.575	82.690
Bancos - conta corrente no exterior	5.587.818	1.781.312
Bancos - conta corrente no país	70.224	3.041.216
Aplicações financeiras - no país	<u>10.027.602</u>	<u>11.625.646</u>
Total	<u>15.706.219</u>	<u>16.530.864</u>

As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 71,38% a 85,85% (71,73% a 98,31% em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Recursos vinculados a projetos – “Incentivados e subvenção”

Recursos vinculados a projetos – “Incentivados e Subvenção”	2020	2019
Projeto Plano Anual (a)	30.614.834	22.923.938
Outros Projetos e Subvenção	<u>1.965.148</u>	<u>800.059</u>
Total	<u>32.579.982</u>	<u>23.723.997</u>

Os recursos vinculados a projetos e subvenção referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades e ou patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme a Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, com rentabilidade entre 17,89% a 61,84% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (34,40% a 90,87% em 2019).

- (a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

7 Recursos vinculados a projetos – “Projeto MASP em Expansão”

	2020	2019
Recursos vinculados a projetos – “Projeto Masp em Expansão”		
Projeto MASP em expansão (nota explicativa 17)	30.984.441	-

Demonstram-se nesta rubrica contábil os recursos exclusivamente privados que a entidade possui em caixa com destinação específica para reforma do Edifício Dumont-Adams, antes denominado “Prédio Anexo”, agora “Projeto MASP em Expansão”.

8 Patrocínio de terceiros a receber

	2020	2019
Patrocínios de terceiros a receber	5.170.570	4.307.956

Refere-se a valores a receber de duas empresas privadas que estão apoiando o projeto de reforma do “Anexo MASP”. Os recursos estão baseados em contratos entre as partes e o saldo representa as parcelas finais a receber e estão condicionadas à evolução física da obra.

O valor da primeira parceria no montante de R\$ 2.000.000, corrigido pelo IGPM/FGV cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.590.570 (R\$ 3.727.956 em 2019) será recebido quando a obra atingir 90% de sua conclusão física.

A segunda parceria é de R\$ 5.800.000, dos quais R\$ 2.900.000 foram recebidos em 2011, R\$ 2.320.000 em 2012 e os R\$ 580.000 restantes após medição final da obra.

A Administração acredita que apesar do atraso na conclusão das obras, os valores previstos para recebimento ocorrerão tão logo atingidas as metas contratuais. A contrapartida dos valores a receber está registrada na conta de “projetos a executar” no passivo circulante. Dessa forma, as atualizações financeiras efetuadas nos saldos ativos também ocorrem nos saldos passivos, com efeito zero no resultado do exercício. Além disso, caso não ocorram os recebimentos, a baixa desse ativo se dará em contrapartida ao passivo, ou seja, também sem impacto no resultado.

9 Fundo Patrimonial

A Entidade instituiu, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de abril de 2017, um Fundo Patrimonial com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social.

Este Fundo é regido e condicionado pelo Capítulo VII, Artigos 40 ao 45 do Estatuto Social da Entidade, onde observa-se que: o Fundo será constituído, essencialmente, por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim; será administrado única e exclusivamente pela Diretoria Estatutária; não poderá ser resgatado os valores investidos ou de seus rendimentos até que o Fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 50.000.000,00 (Fase de Acumulação Primitiva), atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA ou qualquer índice que venha a substituí-lo, a partir de 1º de janeiro de 2020; a partir do momento em que o patrimônio do fundo exceder R\$ 50.000.000,00 acrescidos da atualização na forma acima referida, os rendimentos auferidos poderão ser destinados ao custeio das atividades do MASP.

De acordo com a Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 03 de abril de 2017, a Entidade se comprometeu em realizar uma destinação inicial de R\$ 1.000.000 e anualmente 5% das receitas operacionais auferidas até que o fundo atinja o patrimônio de R\$ 50.000.000.

Atualmente o montante acumulado encontra-se aplicado em um fundo de renda fixa, no Banco Itaú S.A., que busca acompanhar a tendência dos juros do mercado (CDI). Representando em 31 de dezembro de 2020 um total de R\$ 16.631.140 (R\$ 15.213.107 em 2019).

A determinação das receitas operacionais foi realizada através da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 10 de abril de 2018. Assim entende-se como receitas operacionais a receita líquida apurada nas atividades operacionais do museu, sendo: bilheteria, loja, espetáculos e eventos, escola, café e restaurante.

O quadro abaixo demonstra os valores aportados anualmente no Fundo Patrimonial. Lembrando que a destinação de 5% das receitas operacionais referente ao exercício 2020 ocorrerá após a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício em questão.

	Posição em 31.12.2019	Exercício 2020	Total
Doações recebidas	12.841.227	580.552	13.421.779
Aporte MASP	1.387.739	658.387	2.046.126
Rendimentos financeiros	<u>984.142</u>	<u>179.094</u>	<u>1.163.236</u>
	15.213.107	1.418.033	16.631.140

10 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 15 obras, das quais 13 foram adquiridas entre 2010 e 2020, lançadas pelo valor justo total de R\$ 963.477 e 2 obras recebidas como doação em 2020 no valor de R\$ 355.410. Ou seja, 8.694 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada, 2 obras a R\$ 355.410 e 13 obras a R\$ 963.477, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.327.581 (R\$ 866.469 em 2019).

Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas doze obras de arte a valor justo (valor de aquisição) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido do museu se mostraria amplamente mais positivo.

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

Os valores recebidos como doação para investimento, apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foram integralmente aplicados no acervo de obras do Museu.

11 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações do imobilizado:

Movimentação imobilizado em 2020

Descrição custo	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	1.091.667	35.674	(25.056)	14.884	1.117.169
Máquinas e equipamentos	4.675.596	275.542	(10.141)	26.497	4.967.494
Microcomputadores e periféricos	1.037.027	204.260	(9.201)	131.694	1.363.780
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros (c)	20.230.306	2.243.574	-	1.138.201	23.612.081
Imobilizado em andamento (a)	31.618.408	4.017.497	(776)	(1.331.276)	34.303.853
Outros	62.930	-	-	-	62.930
Total do custo	58.715.934	6.776.547	(45.174)	(20.000)	65.427.307
Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação
Móveis e utensílios	(247.308)	(98.676)	9.198	-	(336.786)
Máquinas e equipamentos	(746.397)	(455.879)	7.951	-	(1.194.325)
Microcomputadores e periféricos	(624.141)	(180.556)	2.394	-	(802.203)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.579.230)	(261.071)	-	-	(18.840.301)
Outros	(6.319)	(622)	-	-	(6.941)
Total da depreciação	(20.203.395)	(996.804)	19.543	-	(21.180.656)
Saldo líquido	38.512.539	5.779.743	(25.631)	(b) (20.000)	44.246.651

(a) Referem-se a reforma do prédio anexo ao Masp - Prédio da Av. Paulista, 1510", os recursos foram empenhados conforme abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (i)	30.682.290	21.956	-	(48.830)	30.655.416
Imobilizado em andamento (ii)	936.118	3.995.541	(776)	(1.282.446)	3.648.437
	31.618.408	4.017.497	(776)	(1.331.276)	34.303.853

- (i) Refere-se a construção do edifício, com recursos próprios e de patrocínios de empresas privadas.
- (ii) Refere-se a reforma da construção do edifício com recursos substancialmente advindos do projeto "MASP em expansão", veja nota explicativa 17.
- (b) O valor de R\$20.000 refere-se a transferência para rubrica de intangível para melhor apresentação dos saldos.
- (c) Em 2020, foi realizada reforma do museu, incluindo as salas administrativas e o auditório.

Movimentação imobilizado em 2019

Descrição custo	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	416.545	683.272	(8.150)	-	1.091.667
Máquinas e equipamentos	1.801.083	59.877	(9.055)	2.823.691	4.675.596
Microcomputadores e periféricos	859.601	178.271	(845)	-	1.037.027
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	19.411.277	819.029	-	-	20.230.306
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510	30.608.787	73.503	-	-	30.682.290
Imobilizado em andamento	1.888.970	1.870.839	-	(2.823.691)	936.118
Outros	62.930	-	-	-	62.930
	55.049.193	3.684.791	(18.050)	-	58.715.934
Total do custo					
Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação
Móveis e utensílios	(187.055)	(60.803)	550	-	(247.308)
Máquinas e equipamentos	(558.186)	(197.149)	8.938	-	(746.397)
Microcomputadores e periféricos	(463.450)	(161.537)	846	-	(624.141)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.425.384)	(153.846)	-	-	(18.579.230)
Outros	(5.695)	(624)	-	-	(6.319)
Total da depreciação	(19.639.770)	(573.959)	10.334	-	(20.203.395)
Saldo líquido	35.409.423	3.110.832	(7.716)	-	38.512.539

12 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão para férias	898.043	831.559
Provisão para encargos sociais sobre férias	300.652	274.594
INSS a recolher	178.378	179.407
IRRF a recolher	84.044	90.774
FGTS a recolher (a)	58.687	-
Total	1.519.804	1.376.334

(a) Em 2019, o valor de FGTS foi recolhido antecipadamente no mês de dezembro.

13 Impostos parcelados

	2020	2019		
Débitos previdenciários (a)	3.002.770	3.393.694		
Demais débitos	4.233.101	4.633.540		
Total contribuições e impostos parcelados	7.235.871	8.027.234		
Circulante	946.517	928.569		
Não circulante	6.289.355	7.098.665		
Cronograma de vencimento	2021	2022	2023 em diante	Total
Débitos previdenciários	456.519	456.519	1.633.214	2.546.252
Demais débitos	489.997	480.707	2.763.107	3.743.103
Total	946.516	489.997	4.396.321	6.289.355

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros, no qual foi consolidado em 2016.

a. Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos atuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores atuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não atuados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

14 Projetos a executar

	2020	2019
Projetos a executar (a)	32.088.525	23.768.413
Patrocínios de terceiros (b)	<u>5.170.570</u>	<u>4.307.957</u>
Total projetos a executar	<u>37.259.095</u>	<u>28.076.370</u>

- (a) Estão representados por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.
- (b) Esses valores referem-se a patrocínios a executar referente ao patrocínio do Prédio Anexo - Masp (vide nota explicativa nº 08);

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 19.928.079 em 2020 (R\$ 27.913.471 em 2019), sendo R\$ 1.051.796 com verba da Subvenção (conforme nota explicativa nº19 item “b”) e R\$ 18.876.284 com projetos do PRONAC, PROMAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

*Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 19.928.079 em 2020 (R\$ 27.913.471 em 2019), sendo R\$ 1.051.796 com verba da Subvenção (conforme nota explicativa nº 19 item “b”) e R\$ 18.876.284 com projetos do PRONAC, PROMAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2019	Transferência	Devoluções	Valores Recebidos	Atualização Monetária	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2020
PRONAC 2019	6.631.928	(6.095.613)	-	-	-	12.491	(543.987)	-	4.819
PRONAC 2020	16.341.984	6.095.613	(445.000)	4.683.403	-	80.372	(17.432.405)	(449.251)	8.874.716
PRONAC 2021	-	-	-	16.720.381	-	110	-	-	16.720.491
PRONAC BNDES	-	-	-	6.457.852	-	2.009	(171)	(1.933.306)	4.526.384
PROAC 2019	651.302	-	-	7.375	-	7.696	(281.363)	-	385.010
PROAC 2020	-	-	-	725.464	-	-	(618.357)	-	107.107
REFORMA ANEXO DO MASP – NESTLE	3.727.956	-	-	-	862.614	-	-	-	4.590.570
REFORMA ANEXO DO MASP - PETROBRAS	580.000	-	-	-	-	-	-	-	580.000
Subtotal Projetos	27.933.170	-	(445.000)	28.594.475	862.614	102.678	(18.876.283)	(2.382.557)	35.789.097
SUBVENÇÃO 2019	143.200	-	-	-	-	237	(143.437)	-	-
SUBVENÇÃO 2020	-	-	-	2.377.163	-	1.194	(908.359)	-	1.469.998
Subtotal Subvenção	143.200	-	-	2.377.163	-	1.431	(1.051.796)	-	1.469.998
Saldo total projetos e subvenção	28.076.370	-	(445.000)	30.971.638	862.614	104.109	(19.928.079)	(2.382.557)	37.259.095

Os valores demonstrados como consumo dos projetos, com exceção da Subvenção, isto é o montante de R\$ 18.876.283, somado as depreciações do imobilizados adquiridos por verba incentivada, R\$ 276.313, resultam no total de receitas e despesas das rubricas dos projetos R\$ 19.152.596 em 31 de dezembro de 2020.

*Abertura dos custos correspondente aos projetos PRONAC, PROAC e PROMAC:

	2020			2019		
	Plano Anual	Outros	Total	Plano Anual	Outros	Total
Pessoal e encargos	7.291.786	-	7.291.786	9.111.009	94.161	9.205.170
Utilidades	1.394.659	-	1.394.659	1.852.881	-	1.852.881
Gerais e administrativas	4.213.367	295.090	4.508.457	3.479.952	549.986	4.029.938
Serviços profissionais	2.812.650	331.906	3.144.556	5.925.084	489.896	6.414.980
Serviços Gerais	1.897.424	-	1.897.424	1.761.611	-	1.761.611
Manutenção predial	639.400	-	639.400	665.101	-	665.101
	18.249.286	626.996	18.876.282	22.795.638	1.134.043	23.929.681

15 Contas a pagar - Negociações e Patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores da reforma do prédio “Anexo - Masp”. Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 serão apropriados por meio de patrocínios a incorrer pelo prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 serão corrigidos pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 27 de novembro de 2018 foi homologado um acordo referente a ação movida pelo Município de São Paulo sobre a Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053, no montante de R\$ 1.521.456, que será pago em 60 parcelas de R\$ 25.358 atualizadas mensalmente pelo IPCA-IBGE acrescido de 1% de juros. Anteriormente este valor estava demonstrado em nossa provisão para contingências conforme nota explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de contas a pagar negociações era de R\$ 13.469.316 (R\$ 12.016.957 em 2019) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 01 de janeiro 2019	12.035.997
(+) atualização IGPM/FGV	947.537
(-) pagamentos realizados	<u>(966.577)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	12.016.957
(+) atualizações	2.543.620
(-) pagamentos realizados	<u>(1.091.261)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u><u>13.469.316</u></u>
Circulante	1.213.266
Não circulante	12.256.050

Movimentação - Patrocínios a realizar

Em setembro de 2020 foi finalizado os 5 anos de apropriação do Patrocínio a Executar junto à Telefônica Vivo, conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.198.351
Patrocínios executados	<u>(3.167.201)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	2.031.150
Patrocínios executados (até setembro de 2020)	<u>(2.031.150)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

16 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a demanda judicial provisionada está apresentada da seguinte forma:

Natureza	2020		2019	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Trabalhista	117.549	76.503	141.650	102.298
Cível	7.486	-	1.026.667	-
Saldo	125.035	76.503	1.168.317	102.298

Conforme apresentado, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui no exercício de 2020 um saldo de provisão no montante de R\$ 125.035 (R\$ 1.168.317 em 2019) e depósito judicial de R\$ 76.503 (R\$ 102.298 em 2019), valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas.

- **Perdas Possíveis:** existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 24.466.157 (R\$ 22.494.410 em 2019), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- **Ação civil pública:** Do montante apresentado acima com probabilidade possível de perda, R\$ 16.566.854 (R\$ 15.253.385 em 2019), refere-se a uma ação civil pública recebida pela Entidade em dezembro de 2018, ajuizada pela Associação Preserva São Paulo, visando a restauração da fachada do edifício Dumont-Adams (Anexo Masp). O processo pleiteia: (i) condenação dos patrocinadores (BV, Petrobrás, Vale e Votorantim) da reforma do prédio anexo, a restituir o dobro do valor aportado; (ii) condenação do MASP, VIVO, Julio Neves e João Vicente à obrigação de fazer a restauração das características arquitetônicas do edifício; e (iii) condenação ao pagamento de dano moral coletivo.
- **Exposição Temporária:** Trata-se de Auto de Infração com exigência de multa regulamentar, sob o fundamento de que o MASP teria descumprido o prazo determinado no âmbito do Processo Administrativo nº 10814.006052/2009-15, o qual envolveu a exportação temporária de um conjunto de 22 obras de arte objeto da Declaração Simplificada de Exportação n. 011 de 14/01/2008.

O MASP apresentou impugnação em razão do indeferimento do pedido de extensão de prazo da exportação temporária do conjunto de obras que estavam em itinerância no exterior. A Delegacia de Julgamento não conheceu o recurso alegando intempestividade, mantendo a multa aplicada no valor de 5% do valor das obras.

Diante disso, o MASP interpôs Recurso Voluntário para que seja reconhecida a tempestividade da Impugnação, determinando o retorno do processo à origem para julgamento do mérito e, subsidiariamente, para que seja cancelada a exigência do débito em razão da (i) nulidade do lançamento e (ii) prescrição do crédito tributário.

Houve inclusão indevida no CADIN do crédito tributário discutido nos presentes autos, dessa forma foi apresentada petição requerendo a suspensão da exigibilidade do crédito, a fim de que: (i) seja evitado a imposição de cobranças indevidas; (ii) não resulte em quaisquer óbices à renovação da CND/CPEN da Requerente e, (iii) não enseje a sua inclusão no CADIN. Foi deferida a suspensão da exigibilidade do crédito, na origem, excluindo-o do CADIN. Posteriormente, o processo retornou ao CARF para julgamento do Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se a distribuição do processo para a turma e designação do conselheiro como relator, o valor em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.218.592 (R\$ 3.171.564).

Os demais processos perfazem o montante R\$ 4.680.711 (R\$ 4.069.461 em 2019).

- **Mandado de segurança:** além dos processos mencionados acima, a Entidade possui um mandado de segurança para o não recolhimento de taxas de armazenamento de obras de arte. Em 2018 houve uma alteração na interpretação dos contratos das concessionárias de aeroportos, as taxas de armazenagem de obras de arte passaram a ser calculadas pelo valor da obra, e não mais pelo peso como eram considerados anteriormente. A Entidade recebe obras de artes em comodato, de diversos museus do mundo, para a realização de exposições temporárias. A Entidade possui mandados de segurança com pedido de liminar aceito para o não recolhimento das taxas. O valor correspondente ao não recolhimento é de R\$ 4.819.787 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 8.139.648 em 2019), os assessores jurídicos da Entidade classificaram como possível a probabilidade de perda.

A seguir apresentamos as movimentações das provisões de contingências e depósitos judiciais:

a. Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2020		2019	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	141.650	102.298	159.486	80.456
Constituição	27.251	-	96.510	21.842
Reversão redução do valor	(18.959)	(2.500)	(55.192)	-
Reversão por modificação probabilidade	(12.246)	-	(500)	-
Reversão por baixa	(20.147)	(23.295)	(58.655)	-
Saldos finais	117.549	76.503	141.650	102.298

b. Provisão para processos cíveis

As discussões cíveis em curso, referente a divergência de valores em contratos firmados entre as partes são as seguintes:

	2020		2019	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	1.026.667	-	749.449	-
Constituição	369	-	277.218	-
Pagamento contingência (a)	(885.000)	-	-	-
Reversão por baixa	(134.550)	-	-	-
Saldos finais	7.486	-	1.026.667	-

- (a) O valor refere-se ao processo nº 1044211-71.2018.8.26.0100 movido pela PSE Engenharia Ltda buscando a cobrança de valores oriundos de serviços de engenharia e construção do Anexo do MASP, que foi arquivado em 18 de agosto de 2020 quando foi homologado um acordo de pagamento à vista no valor de R\$ 885.000 já considerando as custas.

17 Recursos condicionados - “Projeto MASP em Expansão”

	2020	2019
Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão" a executar	30.733.096	-
Recursos empenhados – ativo imobilizado em andamento – (nota explicativa 11.a)	3.648.437	-
Total Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	34.381.533	-
Passivo circulante	30.733.096	-
Passivo não circulante	3.648.437	-

Demonstram-se nesta rubrica contábil os recursos exclusivamente privados recebidos com destinação específica para reforma do Edifício Dumont-Adams, antes denominado “Prédio Anexo”, agora “Projeto MASP em Expansão”, oriundos de recursos condicionais, isto é, valores destinados especificamente para este fim, e também de receitas financeiras líquidas originárias das aplicações realizadas com este montante. Os recursos mencionados totalizaram, em 31 de dezembro de 2020 R\$ 34.381.533, sendo R\$ 34.076.933 recursos transferidos e R\$ 304.600 rendimentos líquidos de aplicações financeiras.

Até 31 de dezembro de 2020 utilizou-se o montante de R\$ 3.648.437 para início dos preparativos para o “Projeto MASP em expansão”.

18 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

- **Fundo Social:** é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.
- **Fundo patrimonial:** foi constituído em 2017 com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger o patrimônio do MASP. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especialmente para este fim, em 31 de dezembro a Administração aprovou a alocação de recursos recebidos e rendimentos no montante de R\$ 1.418.033 (R\$ 5.656.867 em 2019) para o Fundo Patrimonial.

19 Receitas operacionais

	2020	2019
Projetos Incentivados	19.152.596	24.147.631
Doações (a)	10.439.386	21.049.493
Bilheteria	1.678.293	9.429.474
Gratuidade de Bilheteria	2.437.543	8.390.917
Subvenção para custeio (b)	1.051.796	3.983.532
Receitas Patrocínio Telefônica-Vivo	2.031.150	3.167.201
Venda de Produtos	380.194	2.097.552
Cessão de uso e eventos	303.916	1.172.697
Venda de Serviços	808.299	468.019
Apoio cultural	-	236.265
Diversas	191.045	231.098
Subtotal receitas operacionais	38.474.218	74.373.879
Gratuidades concedidas:		
Gratuidade de Bilheteria	(2.437.543)	(8.390.917)
Receitas operacionais	36.036.675	65.982.962

- (a) Em 2020, do total de doações recebidos pela Entidade, o montante de R\$ 580.552 (R\$ 4.669.661 em 2019) foi recebido com o objetivo de contribuir com o Fundo Patrimonial, que tem por objetivo garantir a sustentabilidade e a consecução do objeto social, da Entidade vide nota explicativa nº 9.
- (b) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2020	2019
Pessoal e encargos	(1.040.653)	(3.701.020)
Seguro saúde	-	(280.911)
Outros	(11.143)	(1.601)
	<u>(1.051.796)</u>	<u>(3.983.532)</u>

O valor de R\$ 1.051.796 refere-se ao total de gastos incorridos em 2020. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2019 e 2020. Os valores recebidos em 2019, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2020 foram de R\$ 143.445, e os valores recebidos em 2020, empregados em novembro e dezembro do mesmo ano foram de R\$ 908.351.

20 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2020	2019
Serviços Profissionais	(4.250.023)	(9.962.184)
Despesas gerais e administrativas	(5.430.902)	(9.161.016)
Serviços Gerais	(1.847.289)	(1.938.624)
Despesas com utilidades públicas	(1.604.284)	(1.890.359)
Manutenção Predial	(698.072)	(829.694)
Despesas com contingência/ reversão de contingência	1.081.267	(299.725)
Outros	(2.443.979)	(1.763.085)
Total	<u>(15.193.283)</u>	<u>(25.844.687)</u>
Custos e despesas de projetos	(11.871.953)	(19.317.325)
Custos e despesas administrativas	(3.321.330)	(6.527.362)

21 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2020	2019
Salários	(6.086.873)	(6.786.650)
INSS	(1.818.699)	(1.959.297)
Provisões de férias e 13º salários	(1.333.297)	(1.180.625)
Assistência médica	(1.930.565)	(1.558.130)
Vale refeição	(1.189.610)	(1.293.382)
FGTS	(584.656)	(615.251)
Indenizações	(460.912)	(283.039)
Horas Extras	(79.434)	(117.101)
Outras	(421.521)	(673.406)
Total	<u>(13.905.567)</u>	<u>(14.466.881)</u>
Custos e despesas de projetos	(8.332.439)	(8.596.146)
Custos e despesas administrativas	(5.573.128)	(5.870.735)

22 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros passivos	(2.716.946)	(1.291.033)
Variações monetárias passivas	(844.335)	(439.677)
Despesas de tarifas bancárias	(177.938)	(68.015)
Outras despesas financeiras	<u>(26.267)</u>	<u>(116.385)</u>
Total	(3.765.486)	(1.915.110)
Receitas financeiras		
Variação monetária	1.367.153	367.989
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	541.744	921.647
Outras receitas financeiras	<u>20.546</u>	<u>55.289</u>
Total	<u>1.929.443</u>	<u>1.344.925</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.836.043)</u>	<u>(570.185)</u>

23 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

* * *

DocuSigned by:
Heitor Sant'anna Martins
E52D263DCB2942D...

Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente

DocuSigned by:
Marcelo Santos Ribeiro
3222E5DDA04647A

Marcelo Santos Ribeiro
Diretor Financeiro e Operações

DocuSigned by:
Marina Kolm Sgnotto
F02E8C2298E476

Marina Kolm Sgnotto
Contadora - CRC SP 242422/O-2